

EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E COORDENADORES/AS PEDAGÓGICOS: PRIMEIRAS INDICAÇÕES A PARTIR DO BANCO DE DADOS DA CAPES

Roziane Aguiar dos Santos
Universidade Estadual de Santa Cruz /UESC
roziaguiar@hotmail.com

Emilia Peixoto Vieira
Universidade Estadual de Santa Cruz /UESC
emilcarl28@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, passando pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, conquista-se o reconhecimento da Educação Infantil como direito das crianças e dever do poder público em sua oferta (Brasil, 1996). Entretanto, pensar a respeito das especificidades da Educação Infantil, principalmente quando se trata da educação das crianças do campo, das águas e das florestas, torna-se desafiador, pois requer o reconhecimento de diferentes culturas, vivências e visibilidade das infâncias, que vão além da questão geográfica, e estão imbricadas na luta pela terra, reforma agrária e a garantia de acesso e qualidade da criança à Educação Infantil do Campo (EIC). É um movimento, portanto, que envolve o diálogo da Educação Infantil com o movimento da Educação do Campo (Silva; Pasuch, 2010).

Este estudo objetiva apresentar dados primários sobre a Formação de Professores/as e Coordenadores/as Pedagógicos da Educação Infantil do Campo por meio da utilização da pesquisa qualitativa de cunho descritivo e caráter bibliográfico, tomando como base as informações disponibilizadas das teses e dissertações presentes no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2012 a 2023. Justifica-se o recorte temporal 2012 pois, nesse ano foi realizado a primeira e única pesquisa de âmbito nacional sobre a oferta e a demanda de educação infantil do campo (Barbosa, 2012) e, 2023, o ano de realização da pesquisa, considerando a crescente visibilidade social das políticas de Educação Infantil do Campo. A questão que orienta nossas reflexões: como as produções acadêmicas (teses e dissertações) têm abordado as implicações das políticas de formação de professores/as e

coordenadores/as pedagógicos para o exercício na Educação Infantil do Campo, das Águas e das Florestas?

VISIBILIDADE DAS PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E COORDENADORES/AS PEDAGÓGICOS DA EIC

O/A coordenador/a pedagógico tem a função de mediador na formação em contexto do/a professor/a pois, conhece a escola, a comunidade escolar e os principais dilemas e desafios para o processo de ensino e aprendizagem das crianças. Quando nos referimos ao contexto do campo, essa realidade tende a ser diferente uma vez que esse profissional muitas vezes precisa atender mais de uma escola, como analisa Gomes (2023, p. 123):

A organização das atividades das coordenadoras pedagógicas do campo ocorre pela divisão das escolas por núcleos, cada coordenador fica responsável pelo planejamento quinzenal em turno oposto das atividades e, assim, todos as coordenadoras se reúnem anteriormente para organizar o planejamento com as professoras do campo.

Essa situação é justificada pela orientação quantitativa das secretarias de educação, escolas pequenas, número reduzido de crianças, professores/as unidocentes, o que inviabiliza manter uma coordenação em cada escola do campo. Nessas condições, o trabalho pedagógico nem sempre considera as especificidades das crianças do campo, ou sobrecarrega esse profissional, e dificulta, conforme Silva e Pasuch (2010, p. 51), “[...] pôr em evidência e discussão o tipo de Educação Infantil que devemos ofertar para as crianças do campo”.

Após a aprovação da LDB/1996, acompanha-se um longo processo de debate para delinear a função do/a professor/a da educação básica, especialmente para Educação Infantil, e do/a coordenador/a pedagógico. Nesse contexto, uma série de políticas foram elaboradas para orientar o trabalho docente na Educação Infantil. Passamos, no entanto, por processos de disputas de projetos de educação, resultando em mudanças na legislação, com a revogação da Resolução CNE/CP n.º 2, de 1.º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Em seu lugar, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial

de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) de 2019, alterando a concepção e o fundamento sobre a profissão docente.

Essas alterações na legislação suscitaram o estudo para identificar nas produções acadêmicas (teses e dissertações) as implicações das políticas de formação de professores/as e coordenadores/as pedagógicos para o exercício na Educação Infantil do Campo, das Águas e das Florestas. A busca foi realizada no *site* oficial da CAPES. No Quadro 1, apresentamos as temáticas e a quantidade de trabalhos que encontramos, utilizando as ferramentas disponibilizadas pelo *site* para as buscas.

Quadro 1: Sujeitos e quantidade de trabalhos em que são participantes

Palavras-Chave	Quantidade de produções encontradas por indicação das palavras-chave	Quantidade de produções selecionadas após análise dos títulos e resumos
Educação Infantil e Educação do Campo	1.392	190
Formação de Professores da Educação Infantil do Campo	507	44
Formação de Coordenadores/as Pedagógicos da Educação Infantil do Campo	42	04
TOTAL	1.941	238

Fonte: Elaborado pela autora, com base no site da CAPES, 2023.

O Quadro 1 apresenta um número considerável de 1.941 pesquisas. Após a análise dos títulos e resumos, 238 trabalhos estão próximos as discussões deste trabalho. O tema formação de professores/as, 44 trabalhos, e formação de coordenadores/as pedagógicos para atuação na Educação Infantil do Campo, 4 trabalhos identificados, são relativamente ínfimos se considerarmos o número para Educação Infantil e Educação do Campo. Esses dados carecem de aprofundamento e análise, no entanto, sugerem que a temática ainda é pouco debatida, considerando o período de busca.

Na segunda etapa do trabalho, organizamos o Quadro 2, identificando a região, instituição, quantidade de trabalhos, como forma de observar onde tem se concentrado as discussões da EIC.

Quadro 2: Produção Acadêmica - Região, Instituição que discutem a EIC

Região	Instituição	Quantidade de trabalhos	Total de trabalhos por região
Norte	UFPA	2	8
	UEPA	3	

	UFAC	1	
	UFAM	2	
Nordeste	UESB	5	23
	UFCG	14	
	UFRN	3	
	UFPI	1	
Centro-oeste	UCDB	36	64
	UNB	5	
	UFMS	22	
	UFMT	1	
Sudeste	UFRJ	5	102
	USP	13	
	UERJ	8	
	UFES	15	
	PUC-CAMPINAS	1	
	UMESP	14	
	UNICAMP	9	
	UNESP	12	
	UFF	3	
	UFSCAR	16	
	UFU	4	
	UNIP	1	
	UNIMEP	1	
	Sul	UFSC	
UFRGS		6	
UFSM		3	
UFPEL		4	
UEM		3	
UPF		2	
UNISC		1	
UTP		5	
UNIOESTE		2	
UEPG		1	
UFMS		2	
FURG		3	
PUC/RS		1	
UNIVALI		1	
Total	39		238

Fonte: Santos, 2024.

As regiões Sudeste, com 102 produções, Centro-oeste, 64 produções e Sul, 41 produções, concentram o maior número de teses e dissertações. São regiões onde estão concentradas o maior número de programas de pós-graduação. O norte, 8 produções, e o nordeste, 23 produções. O nordeste é a região com maior número de escolas do campo, depois o Norte e, essas regiões apresentam o menor número de programa de pós-graduação.

Essa discrepância de produção de pesquisas entre as regiões, revelam desigualdades regionais de distribuição geográfica de atividades científicas, tecnológicas e de inovação (CT&I). Isso advém também dos critérios de julgamento adotado pelas políticas para distribuição de investimento nas atividades de pesquisa das universidades e na pós-graduação.

Na busca pelo (re)conhecimento das especificidades do campo brasileiro, também merece destaque a valorização das produções envolvendo as crianças do campo, das águas e das florestas, o que pode nos auxiliar a entender a vida e novos saberes dessas infâncias. Saberes necessários que necessitam ser incluídos à formação dos/as professores/as e coordenadores/as pedagógicos para atuação nas escolas.

CONSIDERAÇÕES

As primeiras indicações do estudo apontam que há pouca produção acadêmica sobre a formação de professores/as e coordenadores/as que trabalham com crianças do campo. As regiões Norte e Nordeste, com maior número de escolas do campo, apresentam um número incipiente de pesquisas sobre a EIC. Ocorreram mudanças nas legislações sobre a formação de professores/as, e é preciso analisar as implicações dessas normativas, considerando como as produções acadêmicas têm analisado esse contexto para a profissão docente exercida em áreas rurais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. et al. (org.). *Oferta e demanda da Educação Infantil no campo*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 21 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.*

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. MEC. Brasília, 2010.

CALDART, Roseli Salete. *Educação do campo: notas para uma análise de percurso*. **Revista Trabalho, Educação, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

GOMES, Josiane. **A ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO/NO CAMPO: diálogos com docentes do município de Itabuna-BA**. 2023. 168p.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilheus, Bahia, 2023.

SILVA, Ana Paula Soares; PASUCH, Jaqueline. **Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Campo**. I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte, Minas Gerais.

VIEIRA, Emilia. Peixoto; et al. **As condições de trabalho das coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil**. Revista Pro. Posições, v. 29, n. 3 (88) | set./dez. 2018 <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0148>